Cadernos de Crítica Feminista
Ano V, N. 4 – dez. 2011

As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito

MARIA BETÂNIA ÁVILA

As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito

Maria Betânia Ávila

Na relação entre países do Norte e do Sul, não só o desenvolvimento econômico dos últimos se deu, historicamente, de forma subordinada aos interesses dos primeiros, como também foram importadas ou impostas e reconfiguradas, de acordo com as relações de poder de cada contexto, as teorias e doutrinas que explicam, modelam e justificam as formas de exploração no mundo do trabalho. Quando percorremos a história da Revolução Industrial nos países do Norte e a história dos processos de industrialização no Brasil, vamos encontrar nos dois casos, desde o seu início, a presença das trabalhadoras assalariadas e uma persistente negação, ao longo da história, em considerar as mulheres como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora do seu lugar e, por isso, sua inserção no mercado de trabalho foi, desde aí, tratada como uma ausência delas do espaço para o qual estavam "destinadas" – o espaço familiar doméstico. O discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das

mulheres como parte da ordem natural das coisas. No mundo do trabalho na sociedade capitalista, patriarcal e racista, na qual a heterossexualidade é um elemento constituinte da ordem dominante, a relação entre corpo, sexo e reprodução foi, desde o início dessa formação social, tratada como um impedimento natural das mulheres à sua constituição como sujeito do trabalho e da esfera pública.

De acordo com Scott (1991), o século XIX colocou essa questão como um problema. Evidentemente, um problema para ser resolvido em favor da nova ordem que se estabelecia, regida pelos interesses do mercado (do capital) e submetida ao poder dos homens (patriarcal).

> A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais (Scott, 1991, p. 443).

Qualquer que fosse a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua situação nesse ambiente e as diversas posições teórico-políticas sobre as tendências do capitalismo, as questões giravam sempre em torno de *"devem as mulheres trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e na sua capacidade de desempenhar as funções maternais e familiares? Que gênero de trabalho é adequado para uma mulher?"* (Scott, 1991, p. 443). Essas questões, trazidas por Scott como resultado de pesquisas históricas feitas nos países do Norte, indicam também a

conexão feita entre o corpo das mulheres, sua capacidade reprodutiva e a divisão sexual do trabalho presente na elaboração das doutrinas morais que legitimavam a opressão das mulheres. Introduzir questões que indiquem a historicidade da relação entre mulher e trabalho é fundamental no sentido de atentar para as dimensões ideológicas e materiais da divisão sexual do trabalho, fundamentadas na negação das mulheres como trabalhadoras e do trabalho doméstico como trabalho.

A divisão sexual do trabalho tem como princípios organizadores a hierarquização e separação entre trabalho produtivo/homens e trabalho reprodutivo/mulheres, princípios esses que segundo Kergoat "se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista". A autora acrescenta que isso isso não quer dizer "...que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstraram abundantemente etnólogos/as e historiadores/as" (Kergoat, 2001, p. 89).

Ressaltamos aqui, o que Curiel e Falquet (2005) colocam sobre a posição teórica de Nicole Claude Mathieu, que tratar das hierarquias entre homens e mulheres não é acreditar na binaridade essencial e natural dos corpos sexuados, e concordamos com essa visão. Para Mathieu, segundo as autoras já citadas:

> (...) enquanto perdurar a exploração material de uma classe social de sexo por outra, já que é precisamente dita exploração que cria a binaridade das classes de sexo, e qualquer que seja as transgressões de gênero e da sexualidade que cada sociedade organiza ou permite, existe um gênero e, sobretudo, um sexo que está sempre abaixo na hierarquia social: o das mulheres (Curiel e Falquet, 2005, p. 14).

Essas autoras acrescentam ainda que, de acordo com Mathieu, a *"dita binaridade não se origina na biologia nem tampouco na natureza, menos ainda em uma vontade divina, senão que simples e completamente na organização do trabalho e na sua exploração, a que, sim, parece bastante universal, ainda que*

possua numerosas variantes" (Curiel e Falquet, 2005, p.15).

(...) a própria noção de feminino como uma representação genérica dos atributos sociais e mesmo psíquicos das mulheres se constrói em uma relação direta com o corpo e o trabalho reprodutivo/doméstico (...)

Em uma análise crítica sobre pesquisas antropológicas em sociedades não ocidentais sobre a questão da relação de complementaridade entre mulheres e homens na organização dos trabalhos baseada na divisão sexual, Tabet considera que, mesmo quando a noção de complementaridade é usada em um sentido positivo, e essa é uma noção recorrente nesse campo: *"se insiste sobre a naturalidade e, portanto, a necessidade total desta divisão considerando-a como um dado de fato, que em qualquer caso está baseada sobre 'limitações naturais', impostas às mulheres"* (Tabet, 2005, p. 59).

Segundo Scott (1991), falando sobre o século XIX nos países ocidentais,

> Ainda que as opiniões variassem sobre o que era ou não trabalho apropriado para as mulheres, e apesar de elas terem sido levadas à prática de modo diferente em diferentes épocas e contextos, o sexo era normalmente tido em conta em matéria de emprego. O trabalho para que eram contratadas mulheres era definido como "trabalho de mulher", adequado de algum modo às suas capacidades físicas e aos seus níveis inatos de produtividade (Scott, 1991, p. 453).

Pode-se dizer que a própria noção de feminino como uma representação genérica dos atributos sociais e mesmo psíquicos das mulheres se constrói em uma relação direta com o corpo e o trabalho reprodutivo/doméstico, na qual uma noção dá sentido à outra. No processo de constituição do modelo feminino no Ocidente, forjado no século XIX nos países do Norte, necessário à nova forma de organização social do trabalho e à manutenção do poder dos homens, as mulheres e o trabalho reprodutivo foram tomados como coisas inextricáveis.

Parece haver sempre uma persistente retomada dessas questões relativas ao corpo, que traz sempre de volta a discussão sobre a influência dos ovários

e dos hormônios na capacidade das mulheres exercerem atividades nos espaços considerados masculinos, por exemplo, no trabalho produtivo e na esfera pública. Segundo Martin (2006), a questão da menstruação em relação à capacidade de trabalho das mulheres foi um tema já em discussão no século XIX. Essa autora constata que, no século XX, aparecem as primeiras pesquisas sobre o período pré-menstrual, cujos resultados vão mostrar que os ovários e os hormônios dominam as emoções das mulheres. Podemos acrescentar que, sob uma nova ordem de saber chamado de científico, essas pesquisas reafirmam doutrinas e princípios filosóficos que se reapresentam desde a Antiguidade. A autora se reporta ao pesquisador Robert Frank, visto, em geral, como o primeiro pesquisador a *"denominar e descrever os sintomas da síndrome pré-menstrual"* (Martin, 2006, p. 186), em 1931, e que vai ligar menstruação e capacidade de trabalho, mostrando as incompatibilidades e a necessidade de repouso em função do debilitamento das mulheres nesse período.

Em sua análise crítica, Martin (2006) chama atenção sobre o contexto no qual emergem as questões de pesquisas antes referidas. A autora diz:

> (...) parece-me extremamente significativo o fato de que Frank estivesse escrevendo imediatamente após a Depressão, uma época em que os benefícios adquiridos pelas mulheres no mercado de trabalho remunerado por causa da Primeira Guerra Mundial estavam rapidamente desaparecendo. As mulheres eram pressionadas de todos os lados para que abrissem mão do trabalho remunerado e permitissem aos homens tomar os empregos (Martin, 2006, p. 190).

As análises feitas por Martin indicam ainda que, no início da Segunda Guerra, se revertem essas tendências que resultaram das pesquisas anteriores:

> (...) dado esse padrão de pesquisa que descobre que as mulheres ficam debilitadas durante a menstruação quando constituem um obstáculo à contratação dos homens, não é de surpreender que, após o início da Segunda Guerra Mundial, uma enxurrada

de estudos tenha descoberto que a menstruação não representava, afinal, nenhum risco (Martin, 2006, p. 190).

Essa autora cita ainda o pesquisador Seward, que, em 1944, escreveu: *"qualquer atividade que pode ser executada sem sequelas em outros momentos pode ser realizada sem sequelas também durante a menstruação"*. Assim, ele também inverte *"sua própria descoberta de 1934, de que a menstruação era debilitante"* (Martin, 2006, p. 190). No pós-Segunda Guerra, volta a mesma linha de pesquisa do pós-Primeira Guerra. Martin afirma que foi publicado, em 1953, o resultado de uma pesquisa no British Medical Journal, que impulsionou a promoção de informações sobre a gravidade da síndrome pré-menstrual.

É importante frisar que todas as descobertas ditas científicas no campo da medicina, que acontecem nos países do Norte e, sobretudo, nos Estados Unidos, são divulgadas no Brasil como as novas verdades, que passam a ser insistentemente anunciadas de forma massiva pela imprensa e, muitas vezes, com a validação local de profissionais da aérea da saúde. Na relação com o trabalho, são também chamados/as consultores/as de empresas que sancionam essas verdades a partir de análises que fazem das práticas e dinâmicas de trabalho nas empresas para as quais prestam serviço.

Um exemplo disso foi um programa de televisão a que assistimos na forma de uma reportagem sobre a tensão pré-menstrual de trabalhadoras em uma empresa de telemarketing. A consultora da empresa falava ao repórter sobre as medidas paliativas que a empresa estava tomando para aliviar os distúrbios e garantir o bom rendimento e a capacidade competitiva das profissionais nesse período. Toda explicação sobre os problemas das funcionárias no período pré-menstrual estava baseada nos argumentos das pesquisas médicas feitas no exterior e confirmadas localmente, segundo a consultora.

Pesquisa realizada por Claudia Mazzei Nogueira (2006) mostra o grau de exploração e precariedade a que essa categoria de trabalhadoras está submetida. As mulheres são 70% da força de trabalho do setor de telemarketing e estão sujeitas a precárias condições de trabalho e a um tipo de demanda

No Brasil, a menstruação foi – e ainda é – tratada como uma marca primitiva do corpo das mulheres (...)

dos/as clientes exaustiva e carregada de carga emocional. São extremamente controladas, segundo Nogueira (2006): em 6 horas de trabalho, há pausa de 15 minutos para lanchar e beber água, a qual é compensada no final do expediente, e outra de 5 minutos para ir ao banheiro. Estão ainda submetidas a campanhas de produtividade que incentivam a competitividade, uma dinâmica de trabalho, segundo a autora, robotizado e rotinizado, *"na qual o afeto é controlado e até moldado de acordo com as exigências de gentileza com o cliente"* (Nogueira, 2006, p. 67). São muitos os problemas de saúde gerados nessa dinâmica de trabalho. Nesse sentido, afirma Nogueira, *"a fragilidade na saúde da trabalhadora nos parece muito plausível em um ambiente de trabalho com tanto desconforto"* (2006, p. 96).

No Brasil, a menstruação foi – e ainda é – tratada como uma marca primitiva do corpo das mulheres, a ser superada, e também como fator de adoecimento (Ávila, 1987). O tabu em torno desse tema parece se manter, haja vista que, nas propagandas sobre absorventes menstruais divulgadas nas televisões brasileiras, o sangue da menstruação é azul. Nessas propagandas, as mulheres que usam esses absorventes ficam seguras, livres e protegidas de qualquer risco de seu sangue azul escorrer e se tornar publicamente visível. É evidente que é necessário usar absorventes para o sangue menstrual, mas o que questionamos aqui é o fato de que todas as propagandas mudam a cor do sangue para não mostrar uma imagem que corresponda de fato ao que ela representa: o sangue menstrual, evidentemente, de cor vermelha. Na nossa visão, esconder a cor é uma forma de esconder o fato ou mesmo de negá-lo. E o que se passa com as mulheres reais que menstruam com sangue vermelho? Quais os significados das cores azul e vermelho, o que se esconde na propaganda e o que se reprime? É bom lembrar que a cor azul está sempre associada à pureza e o vermelho, à transgressão. Mostrar o sangue vermelho na propaganda seria transgredir uma ordem patriarcal que faz da menstruação uma vergonha ou um incômodo para as mulheres. Como diz a cantora e compositora Rita Lee, em uma bela, irônica e transgressora canção, *"Mulher é bicho esquisito, todo mês sangra"*. Esse corpo, que, em um determinado período de vida

das mulheres, sangra todo mês, é alvo de regulação, repressão e tabus, em pleno século XXI, envolvendo sexualidade, reprodução e trabalho.

(...) a profissão e o sexo formam uma unidade que marca a hierarquia tanto de gênero como profissional.

A seguinte citação, retirada de um texto de Elisabeth Souza-Lobo, é significativa do que acabamos de afirmar.

> (...) a humilhação cotidiana das meninas da De Millus é apenas a ponta do iceberg de uma relação de poder que, entre as muitas desigualdades sociais, inclui a desigualdade entre homens e mulheres. É claro que ter seu corpo vasculhado, ter sua vida sexual controlada faz parte de práticas de controle que atingem particularmente as mulheres. Trata-se de se perguntar, mais uma vez, o que faz com que patrões, ou outras autoridades, se sintam no direito de invadir o corpo e a vida privada de suas funcionárias (Souza-Lobo, 2011, p. 281).

Ainda segundo Souza-Lobo (2011), "o assalariamento crescente em setores considerados 'femininos' implica o reforçamento das desigualdades salariais, de carreira..." Por outro lado, apesar da escolarização crescente, "...a definição das tarefas femininas, principalmente na indústria, ainda repousa no falso naturalismo das tarefas que exigem dedos finos, agilidade, concentração e disciplina, todas obviamente, qualidades 'inatas' das mulheres" (Lobo, 2011, p. 281). De acordo com os dados da Cepal (2010), essa é uma situação que perdura não só no Brasil como em toda a América Latina.

Em pesquisa realizada em uma grande empresa de produção de energia elétrica (Ávila e Ferreira, 2010), observamos que as mulheres encontram problemas de várias ordens pelo fato de serem mulheres em uma empresa que, segundo elas, apesar das mudanças ocorridas, continua sendo vista como uma empresa de engenharia e de homens. Nesse caso, a profissão e o sexo formam uma unidade que marca a hierarquia tanto de gênero como profissional. Nas práticas de trabalho, elas enfrentam ainda a falta de instalações adequadas, como banheiros nas estações de produção de energia elétrica, os quais vão sendo instalados a partir da chegada das primeiras

mulheres. Esse é, todavia, um processo em curso que se estende também para os equipamentos de trabalho que, moldados para o corpo dos homens, não são adequados aos corpos das mulheres, como roupas de proteção, sapatos, botas e outros. Para realizar tarefas consideradas arriscadas, como aquelas feitas em grandes alturas ou em máquinas instaladas em locais de profundidade, as mulheres empreendem uma luta para serem admitidas, uma vez que, com base no discurso da proteção ao ser que é frágil física e emocionalmente, são criados, sistematicamente, obstáculos. Para superá-los, é necessário resistir e se confrontar no dia a dia do trabalho. Nessa empresa, a gravidez é tratada até hoje como um problema que dificulta e até impede o acesso a promoções de cargos.

Enfim, nessa empresa há uma trajetória de resistências e conquistas que marcam as experiências do conjunto das mulheres que querem ter acesso a cargos e funções técnicas consideradas próprias do sexo masculino. Experiências essas que, nas narrativas de muitas mulheres participantes da pesquisa, remontam àquelas vividas nas faculdades de engenharia.

As mulheres são portadoras de uma força de trabalho que vale menos no mercado. A relação entre mulher, corpo/reprodução e trabalho está na fundação da dimensão discursiva da dominação capitalista/patriarcal materializada na divisão sexual do trabalho. De um ponto de vista prático, essa associação se faz a partir da capacidade reprodutiva associada à responsabilidade com a reprodução social no cotidiano. A questão racial, segundo os relatos das mulheres negras, também vai determinar o valor da força de trabalho e as oportunidades de emprego. No Brasil, a estética branca, europeizada ou de herança europeia, é mais valorizada no mercado. Nos desafios colocados por Suely Carneiro "para enegrecer o movimento feminista brasileiro" (Carneiro, 2005, p. 23) está incluído aquele de introduzir na crítica "aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho, o critério de boa presença como um mecanismo que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras" (Carneiro, 2005, p. 23).

No trabalho reprodutivo, a naturalização de sua atribuição às mulheres faz com que não sejam percebidos os ritmos, intensidade, exigência de capacidade criativa, de força, de inteligência, de sensibilidade e de afetividade

que esse trabalho demanda. A divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva tem os termos invertidos: os homens são considerados desajeitados, impacientes etc. O corpo das mulheres é considerado mais acolhedor para as tarefas do cuidado das pessoas, e suas habilidades, mais apropriadas e inatas para realizar tarefas da cozinha e da arrumação da casa. A disponibilidade para servir aos outros como predicado feminino também é considerado como parte dessa relação indissociável entre mulheres e trabalho reprodutivo. As práticas sociais do trabalho doméstico, que essa ideologia ajuda a manter, têm como consequência corpos exaustos, sujeitos sem tempo livre, para a maioria das mulheres trabalhadoras. Tanto na pesquisa que realizamos na empresa de energia elétrica como na pesquisa de Nogueira (2006), já referidas anteriormente, as mulheres estão todas responsáveis pelo trabalho reprodutivo. No entanto, as diferenças de classe entre essas duas categorias de trabalhadoras vão determinar os arranjos possíveis para enfrentar no cotidiano a participação nos dois espaços de trabalho, remunerado e não remunerado.

O corpo das mulheres é considerado mais acolhedor para as tarefas do cuidado das pessoas, e suas habilidades, mais apropriadas e inatas para realizar tarefas da cozinha e da arrumação da casa.

O corpo das mulheres, considerado frágil, incompatível ou sem habilidades para determinadas funções no mundo do trabalho produtivo, contraditoriamente é o corpo do sujeito que enfrenta jornadas de trabalho intensivas, extensivas e intermitentes, formadas pelos trabalhos produtivo e reprodutivo (Ávila, 2010). Que carrega as crianças nos braços, mesmo nos períodos da gravidez, quando está em pleno trabalho de reprodução biológica, e desempenha, assim, tarefas do trabalho social produtivo e reprodutivo. Uma mulher grávida, que faz trabalho doméstico gratuito e trabalho remunerado, está, nesse período, desempenhando três processos de trabalho – dois no âmbito da reprodução e um no âmbito da produção. No caso de uma trabalhadora doméstica, ela estará triplamente inserida no trabalho reprodutivo.

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens, as

atividades produtivas, na prática sempre houve mulheres que estiveram, e continuam estando, tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção.

As mulheres como sujeito do trabalho

A teoria crítica não tomou esses problemas como parte da sua pesquisa e da sua elaboração explicativa das relações sociais no capitalismo. Na análise crítica que Marx (2004) empreende sobre o emprego das máquinas e a Revolução Industrial, na qual as máquinas possibilitam o uso da mão de obra de mulheres e de crianças, o trabalho das mulheres é analisado pelo autor, nesse contexto, a partir do significado do emprego dessa nova mão de obra para a relação de trabalho dos homens e do que isso representa para eles na correlação de forças com os capitalistas. A análise sobre o trabalho das mulheres é distinta daquela que faz sobre o trabalho dos homens, os quais são considerados os sujeitos explorados e também os sujeitos que constituem a classe trabalhadora. Nessa abordagem, no caso das mulheres, o trabalho assalariado não as constitui como parte da classe trabalhadora. As terríveis condições de exploração a que as mulheres estão submetidas são tratadas criticamente, mas a crítica é remetida à capacidade do sistema em utilizar sem limites os recursos disponíveis de mão de obra para sua exploração, isto é, como uma forma do capitalista criar correlação de forças desfavoráveis para os homens trabalhadores serem mais explorados (ampliação do exército industrial de reserva[1]) ou jogados no desemprego.

Portanto, além das mulheres estarem sendo exploradas em condições terríveis, e isso está muito explicitado, pode-se até mesmo pensar que, segundo esse autor, elas estão também fora do lugar em que, por "natureza", elas deveriam estar: nos afazeres domésticos, no cuidado das crianças, na sustentação da casa dos companheiros que vendem sua força de trabalho. Quando Engels (1987) afirma que *"a emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala*

---

[1] Cf. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro I, vol. 2.* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. p. 735.

social, da produção e quando o trabalho doméstico lhe tomar apenas um tempo insignificante" (Engels, 1987, p. 182); e que só a grande indústria vai possibilitar que isto aconteça ao exigir o trabalho da mulher em grande escala, e quando *"transformar o trabalho doméstico privado em indústria pública"* (*id. ibid.*), o autor não coloca em questão a atribuição às mulheres do trabalho doméstico, nem a continuidade da divisão sexual do trabalho. Isso porque, mesmo quando tomar *"um tempo insignificante"*, o trabalho doméstico continuará como uma atribuição das mulheres.

Nessa elaboração, a relação entre homens e produção continua no mesmo lugar, enquanto parece haver uma suspensão histórica da luta por emancipação das mulheres, a qual é jogada para o futuro, a partir de um determinado contexto que virá. Isso não significa desconsiderar o que dizem Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schewbel e Sonthonnax (1985), para quem *"a obra de Engels e sua análise sobre 'A origem da família, da propriedade privada e do Estado' representa uma crítica radical das versões 'naturais biológicas' no que concerne à origem das instituições, tais como a família patriarcal e o Estado"* (Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schewel e Sonthonnax, 1985, p 125), mas levam em consideração que, em Engels, a análise sobre a família está submetida tão somente à evolução dos modos de propriedade e às relações de produção. É interessante perceber, na obra citada de Engels, como ele descreve a família operária, no contexto do século XIX na Europa, como já desprovida de relação de dominação. Isso se dá justamente por não considerar, na análise, as relações sociais de sexo e tampouco as relações sociais na esfera da reprodução.

Nos reportamos às análises de Marx e Engels porque são as que nos interessam como referência matriz, pois foi a partir de conteúdo teórico e do método de análise produzidos por esses autores, sobretudo por Marx, que foram construídas as bases teóricas para uma análise feminista que desse conta da exploração e dominação das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Mesmo com todo o questionamento feito sobre a teoria marxista, que não considerou a exploração e dominação patriarcal como elementos indissociáveis do desenvolvimento capitalista, foi a partir do resgate da tradição dessa teoria crítica que surgiram as teorizações feministas que

podem sustentar um projeto emancipatório, à medida que trabalham a questão das contradições e antagonismos das relações sociais de gênero e do seu imbricamento com outras relações sociais, como classe e raça.

A tradição funcionalista do Durkeim, por exemplo, outro teórico da questão do trabalho nessa sociedade, não poderia ser essa referência à medida que está embasada em um concepção de manutenção da ordem social, pois, como diz Pfefferkorn (2007), se referindo a esse autor,

> (...) para ele, a divisão do trabalho social própria às sociedades modernas é um modo de organização superior. É primeiramente um fator de integração social. Na perspectiva desse autor, este é o fundamento do laço social, quer dizer, daquilo que assegura a coesão nas sociedades contemporâneas. O que opõe os membros da sociedade é remetido ao impensado ou ao patológico (Pfefferkorn, 2007, p. 40-41).

O que quero salientar, ainda sobra a obra de Marx, é que as mulheres não estão consideradas como parte da classe trabalhadora e a força de trabalho feminina, que arca com a sobrecarga do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, não é analisada como um elemento estrutural da exploração capitalista, enquanto, contraditoriamente, o trabalho das mulheres na produção é tomado como funcional ao sistema capitalista. Marx não levou em conta, em sua análise crítica, a separação espaço/tempo trabalho produtivo e espaço/tempo trabalho reprodutivo, tão útil aos interesses do capitalismo, apesar de ter reconhecido que a nova ordem capitalista gerou uma transformação das relações familiares: *"A força dos fatos, entretanto, compeliu a que se reconhecesse finalmente que a indústria moderna, ao dissolver a base econômica da família antiga e o correspondente trabalho familiar, desintegrou também as velhas relações familiares"* (Marx, 2004, p. 554).

Referindo-se à literatura sobre classe operária, Kergoat (1987) nos diz o seguinte:

> Mas é um fato marcante que essas análises referem-se a uma classe de sexo unívoca: a dos homens. As mulheres aparecem apenas como categoria de mão de obra ou de força de trabalho; muito

> raramente como ator social... Tudo se passa, pois, como se, ao nível dos discursos sociológico e político, a relação capital/trabalho criasse apenas classes masculinas... (Kergoat, 1987, p. 81-82).

Ao falar sobre a obra de Thompson, de grande importância para compreensão da formação da classe operária na Inglaterra, Saffioti (2004) realiza uma crítica afirmando ser *"óbvio que seria impossível negar a presença das mulheres nas fábricas durante a Revolução Industrial e posteriormente. Desta sorte, elas não estão ausentes do estudo de Thompson. Entretanto, o autor não revela a participação feminina no próprio processo de construção desta classe"* (Saffioti, 2004, p. 114). A obra de Thompson sobre a *Formação da classe operária inglesa* (1987) traz descrições e problematizações importantes sobre o trabalho das mulheres, inclusive sobre a relação maternidade e trabalho assalariado, sobre as condições precárias a que estavam submetidas as mulheres trabalhadoras nos dois espaços de trabalho – doméstico e nas fábricas –, identifica o início da sua organização específica, assinalando que *"entre 1815 e 1835, observam-se também os primeiros sinais da ação sindical independente das trabalhadoras"* (Thompson, 1987, p. 307).

O autor ressalta ainda a luta das mulheres por direitos, mas o que prevalece na sua concepção de classe é o sujeito masculino, o homem como referente do sujeito universal, uma vez que *"a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus"* (Thompson, 1987, p. 10). Não é minha intenção aqui colocar em debate o conceito de classe em Thompson, mas ressaltar exclusivamente essa dimensão da referência ao sujeito empírico que está na concepção dessa relação. Apenas no sentido de mostrar, no campo do pensamento marxista, como a análise de Thompson, sensível à presença das mulheres nos processos de trabalho e de conflitos que marcaram um determinado período histórico, não tem consequência na sua formulação teórica. Isso me parece relevante, sobretudo em se tratando de um autor para quem *"a mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe... A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais"* (*id. ibid.*).

É importante lembrar aqui a expressão crítica forjada pela socióloga Elizabeth Souza-Lobo – *"a classe operária tem dois sexos"* –, que dá título a seu livro (Souza-Lobo, 1991), no qual a autora desenvolve uma crítica aos clássicos da teoria crítica e ao discurso sindical, os quais, segundo ela, sugerem a existência de apenas um sexo como constituinte da classe trabalhadora.

No Brasil, a questão das mulheres como trabalhadoras e como parte da classe trabalhadora também se constituiu como um problema desde o início marcado pela negação das mulheres como sujeito.

> Desde o fim do século XIX, as operárias – que representavam 78,3%[2] da força de trabalho utilizada na indústria e, principalmente, no setor têxtil – tinham participado e, às vezes, até tomado a iniciativa das lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento dos salários e pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas. Mas não tomavam parte ativa nas decisões do movimento, *seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea permanecia, na prática, ausente das negociações encetadas durante as greves*.[3] No discurso operário, as operárias eram vistas mais como futuras mães, educadoras, que não pertenciam ao mundo do trabalho, companheiras, mas não como inteiramente operárias (Lobo, Humphrey, Gitahy, Moyses, 1987, p. 131-132).

O processo histórico de inserção social das mulheres como trabalhadoras, no entanto, não é o mesmo para mulheres brancas e negras. Para as mulheres negras, a sua exclusão como classe trabalhadora estava tanto marcada pelas relações de gênero como também pela desigualdade de raça. As mulheres negras foram sujeitos fundamentais nos movimentos de libertação da população negra, e essa luta antecede muitas outras, no sentido da constituição das mulheres como sujeito. De acordo com Jurema

---

[2] PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril.* Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1981. p. 122.

[3] PENA, Maria Valéria. *Lutas ilusórias (as mulheres na política operária da Primeira República).* Fribourg: V Encontro Anual da Anpocs, outubro de 1981. P. 121.

Werneck, a participação das mulheres negras em várias dimensões da vida social deve ser considerada a partir das origens africanas, as quais vão constituir um legado fundamental a ser considerado como parte da formação histórica e das expressões plurais das mulheres negras como sujeito no "Novo Mundo". Ela afirma que *"a liderança e responsabilidade feminina nas questões transcendentes religiosas, culturais e políticas é antiga e antecede, em muito, a história do colonialismo europeu em África"* (Werneck, 2005, p. 31). Ainda segundo essa autora, *"apesar de que não podemos identificar com precisão a origem de muitos costumes implantados no chamado Novo Mundo, é possível afirmar que muitas foram traídas, reinterpretadas e adaptadas para o novo contexto. Nelas adquire importância fundamental a ação das mulheres"* (*id. ibid.*). Queremos salientar que experiências diferentes marcaram a presença de mulheres vindas dos continentes africano e europeu para o Brasil colonial. Portanto, as referências simbólicas, culturais, religiosas que fundam os processos de integração no mercado de trabalho, desde a origem, não só foram incorporadas desigualmente do ponto de vista material, mas também foram valoradas ou combatidas segundo os padrões da dominação capitalista dos senhores brancos. As mulheres negras como sujeitos históricos aportaram e aportam suas formas próprias de resistências e visões do mundo do trabalho, que criam uma alteridade de experiências ao longo do tempo.

As teóricas da divisão sexual do trabalho, na linha das relações sociais de sexo, também se inscrevem na tradição da teoria crítica, do materialismo histórico, tendo produzido, no campo da teoria sobre trabalho, uma ruptura epistemológica ao redefinir o conceito de trabalho a partir das esferas produtiva e reprodutiva. O conceito de relações sociais de sexo altera a concepção marxista de classe como a relação social determinante de toda organização, contradição, conflito e antagonismos da vida social. Ao discorrer sobre alguns pontos do seu processo de construção teórica, Danièle Kergoat analisa como se mostrou improvável analisar as práticas reivindicatórias das mulheres trabalhadoras, dentro e fora do local de trabalho, a partir da mesma grade conceitual estabelecida para analisar as práticas masculinas, pois os dados das pesquisas mostravam as diferenças entre elas.

Essa autora afirma que recusou a referência *"permanente ao discurso do modelo masculino"* (Kergoat, 2004, p. 242) por não ser operacional para explicar as diferenças entre as práticas de homens e mulheres de uma mesma classe. Mas, por outro lado, se colocou uma questão: como poderia tratar essas diferenças na ausência de aparato conceitual para organizá-las? Um problema, então, apresentou-se para ela, uma vez que a impossibilidade de relacionar *"essas diferenças de atitudes e comportamentos observáveis a uma análise materialista da exploração e dominação, poderia deixar o 'campo livre' para interpretações que buscassem explicar essas diferenças a partir de uma 'natureza feminina'"* (Kergoat, 2002, p. 242). A autora teve, então, *"de retomar uma análise material (materialista) da condição operária, mas desta vez sexuada: 'trabalhadora não é o feminino de trabalhador'"* (*id. ibid.*). A ideia contida nessa síntese final da autora, na nossa visão, supera de maneira radical – no sentido de alterar os seus fundamentos – uma concepção do masculino como a referência do feminino, em uma relação dialética entre dimensão material e simbólica, e evidencia a visão de construção de subjetividades diferentes a partir das diferentes práticas de trabalho de mulheres e de homens. Traz, por fim, na nossa compreensão, a questão do sujeito sexuado.

A *coextensividade* das relações de classe, raça e gênero nos coloca o desafio de pensar a questão corpo e sujeito nas relações de trabalho a partir das experiências concretas das mulheres trabalhadoras no Brasil.

Reflexões... em andamento

O trabalho, nesse sistema, é um campo de disciplinamento e expropriação da energia corporal, das emoções, da capacidade intelectual. As condições de trabalho atuais, a forma de exploração capitalista, *coextensivamente* patriarcal e racista, nas quais são negados cada vez mais os direitos de cidadania de trabalhadores/as, com a expansão dos trabalhos precários, irregulares, de tempos e jornadas incertos, com profundos abismos sociais nas formas de inserção no mercado, parecem propositalmente gastar os corpos, cada vez mais em função do lucro. Isso nos faz pensar que, na lógica das relações de produção e reprodução desse sistema, podemos também

nos referir ao que Butler (2002) coloca sobre corpos que importam.

A força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de raça e de gênero.

A persistente negação das mulheres como sujeito do trabalho leva inclusive a obscurecer ou invisibilizar os impactos sobre seus corpos das práticas do trabalho produtivo no contexto atual, uma vez que são atribuídos ao déficit do próprio corpo, e dessa forma se reconstroem argumentos tradicionais para justificar exploração sem limites nas relações atuais de trabalho. E, como vimos, a tensão pré-menstrual, por exemplo, tem sido usada para justificar o adoecimento imposto pelas condições de trabalho. Enquanto isso, os impactos do trabalho reprodutivo continuam invisíveis e desconsiderados como parte da relação entre trabalho e saúde. O que parece prevalecer é que, quando se trata de mulheres, a capacidade profissional, o impacto do trabalho produtivo sobre o corpo e a saúde física e mental são, em geral, considerados não a partir da formação e das condições do trabalho, e, sim, a partir da suposta natureza do corpo. Os homens também estão sujeitos a transtornos, acidentes, distúrbios, inadequações etc., causados pelas condições de trabalho, mas isso não é relacionado a uma suposta natureza do corpo dos homens. A força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de raça e de gênero.

Em qualquer forma de relação estabelecida no contexto do trabalho reprodutivo, remunerada ou não remunerada, há uma naturalização que perdura da relação entre o trabalho e o sujeito que o realiza, como se o primeiro fosse uma extensão da natureza e do modo de ser do segundo, o que leva à invisibilização na sociedade das relações de exploração e dominação contidas nessa prática de trabalho. Por exemplo: as práticas e a relação de trabalho e a visão do senso comum, que de alguma maneira ainda se verifica no Brasil, de que a empregada doméstica não é uma trabalhadora, mas alguém contratada para servir, constituem uma forma de relação de apropriação que parece ultrapassar a apropriação da força de trabalho e se estender para o sujeito que a porta. Kofes de Almeida (1982) analisa

que, no caso da empregada doméstica, no contexto familiar para o qual ela trabalha, há uma negação da pessoa, da sua existência social, que só é concreta na realização da tarefa.

Em Bensaid (2007) e Sereni (2007) encontramos um debate importante para a questão da relação entre autonomia e sujeito/corpo nessa relação de possuimento e despossuimento de si. Não vamos nos aprofundar sobre isso, pois nesse momento é uma questão para nós ainda em início de um processo de pesquisa e elaboração, mas queremos levantar breves questões. Sereni traz a ideia de que, em Marx, há um pressuposto de uma ideia de um pertencimento de si. E que ela aparece como uma dimensão do conflito da contradição entre o trabalhador (mencionado no masculino) vender sua força de trabalho e a resistência como sujeito de não se tornar uma mercadoria. Diz Sereni (p. 80): *"Como 'personalidade vivente de um ser humano' escreve Marx em* O Capital*, ele não se resigna a se tornar uma mercadoria como uma outra. É por isso que ele evoca a perspectiva de uma forma de apropriação social que preserve 'a apropriação individual' como realização de si"*. Ainda segundo Sereni, Marx deixa em aberto *"a questão de saber como pode ser qualificada esta possessão de si, se ela não é nem um título de propriedade, nem mesmo um poder"* (Sereni, 2007, p. 124). Para nós, essa é uma dimensão muito importante da elaboração sobre a mercantilização da força de trabalho como alienação, portanto, como despossuimento do seu processo de trabalho – que não deve se confundir com um despossuimento ou negação de si mesmo/a. Nessa relação subjetiva se realiza justamente a tensão da constituição do sujeito.

No entanto, no que diz respeito às mulheres no mercado de trabalho a partir da introdução da máquina na indústria, Marx (2004) diz que:

> (...) tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis... O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (Marx, 2004, p. 451).

E, mais adiante, acrescenta que *"Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos"* (Marx, 2004, p. 453). Queremos colocar aqui a crítica a essa afirmação em dois sentidos: primeiro, a ideia de trabalho livre realizado no âmbito doméstico, que não considera nem a dominação/exploração patriarcal, nem a apropriação que o capital faz desse trabalho na sua reprodução social. Segundo, a ideia de que o trabalhador vende *"mulher e filhos"*, parte de uma visão de propriedade privada que foi criticada na obra do autor.

(...) é possível pensar o significado "do meu corpo me pertence" como um pertencimento de si, como sujeito em conflito com o sistema, patriarcal, capitalista, racista, e não como uma propriedade privada?

Quando o movimento feminista colocou criou a palavra de ordem *"Nosso corpo nos pertence"* – referida sobretudo ao campo da sexualidade e reprodução –, veio imediatamente a crítica do seu caráter liberal, sem buscar compreender o que isso poderia significar como radicalidade na luta política e produção teórica sobre as relações sociais. Essa questão pode partir de uma perspectiva liberal, e vai se encaixar na noção capitalista de propriedade privada. Mas pode justamente trazer novos elementos para pensar a relação entre alienação e sujeito, e ao aprofundamento da crítica sobre propriedade privada. Como pensar a autonomia, corpo e sujeito, sem pensar essa relação entre cada uma e cada um, e a vida coletiva, e se isso foi, sobretudo, uma questão ligada a sexualidade e reprodução, nos anos 1970, temos de aprofundá-la na perspectiva crítica, sobre a questão do trabalho imbricada à sexualidade e reprodução. A questão pode ser colocada dessa forma: é possível pensar o significado "do meu corpo me pertence" como um pertencimento de si, como sujeito em conflito com o sistema, patriarcal, capitalista, racista, e não como uma propriedade privada? Como uma declaração de rebelião à ordem vigente e como afirmação de ação de uma nova experiência de relação que tensiona e visa transformar a realidade social. Em termos de relações sociais de sexo ou de relações de gênero, a questão corpo/sujeito é incontornavelmente uma dimensão material/simbólica sobre a qual se funda a construção da categoria social mulheres, em contraposição à categoria homens. Na forma clássica e predominante de

produção de conhecimento sobre os corpos dos sujeitos e o trabalho, há uma reatualização permanente das definições de gênero, a partir dos contextos de trabalho que respondem à necessidade do sistema de manter seus processos de exploração e dominação. A ordem social que regula o processo produtivo e reprodutivo se faz também com base em uma categorização do que é ser homem e do que é ser mulher, e, subjacente a isso, em uma hierarquização entre uma e outra categoria. A relação entre corpo de homem e trabalho produtivo e corpo de mulher e trabalho reprodutivo se constitui como uma dimensão da produção dos significados e da binaridade do gênero e do sexo. Considerando que os sujeitos corporificados estão inseridos em relações sociais e não são, portanto, receptáculos passivos de prescrição da ordem dominante, as tensões, como elementos das relações sociais, são dadas exatamente pela ação dos sujeitos em confronto a essa ordem dominante, o que leva as mulheres a constituírem suas formas de resistências e lutas contra as formas de exploração e dominação às quais estão sujeitas.

Em uma entrevista, Butler afirma que *"gostaria de sugerir também que a noção de sujeito carrega com ela uma duplicidade que é crucial enfatizar: o sujeito é aquele que se presume ser a pressuposição do agenciamento, como vocês sugerem, mas o sujeito é também aquele que está submetido a um conjunto de regras que o precedem"* (Butler, 2002, p. 167). As regras que precedem a constituição das mulheres como ser no mundo não são as mesmas que as dos homens.

Há uma ordem social que redefine os padrões para satisfazer a necessidade do sistema capitalista, patriarcal, racista e heterossexual que domina o mundo do trabalho. Avançar nesse debate é fundamental em um contexto no qual *"a atual fase de constituição das formas sociais de dominação se caracteriza pela apropriação, depredação e reciclagem das energias corporais e sociais"* (Scribano, 2009, p. 142). Ainda segundo esse autor,

> (...) o capitalismo se transformou em uma grande máquina depredatória de energia – especialmente corporal –, que tem transformado, configurado e redefinido seus mecanismos de suportabilidade social e os dispositivos de regulação das sensações, ao tempo que é um grande aparato repressivo internacional (Scribano, 2009, p. 143).

O trabalho como uma dimensão ontológica do ser social está na estruturação objetiva e subjetiva dos sujeitos homens e mulheres inseridos em relações sociais. É por meio do corpo que a exploração toma forma concreta na prática social do trabalho, que o controle sobre a sexualidade e a reprodução se efetiva. Se a emancipação do sujeito passa pela transformação das relações sociais, passa então pela relação de liberdade ao seu próprio corpo, que pode ser pensado como um pertencimento de si na realização de um trabalho pleno sentido e na vivência de outras dimensões da vida humana e social.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife : Editora UFPE, 2009.

_____ . Direitos reprodutivos: o caos e a ação governamental. In: Os direitos reprodutivos e a condição feminina. Recife : SOS Corpo, 1987.

ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. Chesfianas: rompendo barreiras, realizando sonhos. Recife : CHESF, 2010.

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. Entre nós, mulheres, elas, as patroas e elas, as empregadas. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de, et al. Colcha de retalhos – Estudos sobre a Família no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1982. p. 183 – 193.

BENSAID, Daniel. Les dépossédés – Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres. Paris : La fabrique éditions, 2007.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler, por Baukje Prins, Universidade de Amsterdã, e Irene Costera Meijer, Universidade de Maastricht. In: Estudos feministas, vol. 10. n.1/2002. Florianópolis : CFH/CCE/UFSC, p. 155-167.

CARNEIRO, Suely, Ennegrecer al feminismo, In; Curiel, Ochy, Falquet, Jules, Masson, Sabine, (Coords.), Feminismos disidentes em América Latina y el Caribe, Nouvelles Questions Féministes , Volumen 24, No 2, Ediciones fem-e-libros 2005, 119 pgs, pp. 21-23

CHABAUD-RICHTER, Danièle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, e SONTHONNAX, Françoise. Espace et temps du travail domestique. Paris : Librairie des Méridiens, 1985.

CURIEL, Ochy, FALQUET, Jules. Introducción. In; CURIEL, Falquet, e FALQUET, Jules (compiladoras). El patriarcado al desnudo – Três feministas materialistas: Collette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires : Brecha Lésbica, 2005. p. 1-18, p. 175.

ENGELS, Friedrich. A origem da família da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987.

MATHIEU, Nicole Claude. Identidad sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceptualización de la relación entre sexo y gênero. In: CURIEL, Falquet, e FALQUET, Jules (compiladoras). El patriarcado al desnudo – Três feministas materialistas: Collette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires : Brecha Lésbica, 2005. p 130-175, pgs. 175

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: Les rapports sociaux de sexe. Actuel Marx. n. 30. Paris : Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001. p. 85-100.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo – Uma análise cultural da reprodução, Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho duplicado – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo : Ed. Expressão Popular, 2006.

PFEFFERKORN, Roland. Inégalités et rapports sociaux – Rapports de classes, rapports de sexes. Paris : La Dispute, 2007.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.). História das mulheres no Ocidente. Tradução de Cláudia Gonçalves e revisão científica de Guilhermina Mota. Porto : Edições Afrontamento; São Paulo : Ebradil, 1991. (v. 4 – O século XIX), p. 442-523.

SCRIBANO, Adrián. Hacia una sociologia de los cuerpos y las emociones desde Lationamérica. In: FIAGRI, Carlos, e SCRIBANO, Adrián (compiladores). Cuerpo(s), subjetividad(es) y conflicto(s). Buenos Aires : Clacso, Ediciones Ciccus, 2009.

SERENI, Paul. Marx, la personne et la chose. Paris : L´Harmattan, 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In CURIEL, Ochy, e FALQUET, Jules (compiladoras). El patriarcado al desnudo – Três feministas

materialistas: Collette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires : Brecha Lésbica, 2005. p. 57-130, 175 p.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária, a árvore da vida. Tomo I. São Paulo : Paz e Terra, 2001. 204 p.

_____. A formação da classe operária, a força dos trabalhadores. Tomo III. São Paulo : Paz e Terra, 2001. p 440.

_____. A formação da classe operária, a maldição de Adão. Tomo II. São Paulo : Paz e Terra, 2001. p. 347.